Ushirika wa Maendeleo ya Elimu Barani Afrika
الرابطة لأجل تطوير التربية في إفريقيا
Association for the Development of Education in Africa
Association pour le Développement de l'Education en Afrique
Associação para o Desenvolvimento da Educação em África

ADEA Triennale 2025

"Reforçar a resiliência dos sistemas educativos de África"

NOTA CONCEITUAL

Revisto: 16 de junho de 2025

Índice

1. Introdução 3

Objectivos e resultados esperados 4

Tema e subtemas 4

2. Antecedentes, iniciativas e questões 5

Subtema 1. Reimaginar o financiamento da educação em África, incluindo as implicações decorrentes das mudanças no panorama mundial do financiamento 7

Subtema 2. Melhorar a aprendizagem básica - progressos e desafios desde o FLEX 2024 9

Subtema 3. Transformar o ensino secundário e garantir o financiamento sustentável e as melhores práticas para o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais utilizando parcerias inovadoras - o que funciona? 10

Subtema 4. Reposicionar o ensino superior e a investigação científica através de um financiamento sustentável e inovador, reforçando o valor e a relevância da investigação e promovendo a mobilidade de competências em toda a África em alinhamento com a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) 13

Subtema 5. Utilizar as evidências e a tecnologia digital na educação para integrar todos os alunos - êxitos e fracassos 15

Subtema 6. Das políticas aos sistemas e processos: Acompanhar a aprendizagem e as competências em escala e sustentadas nos sistemas educativos de África 18

Subtema 7. Abordagens inovadoras e sustentáveis na liderança escolar, preparação de professores e desenvolvimento profissional contínuo na Década da Educação para África 20

Subtema 8. Género, equidade, inclusão e adaptação às alterações climáticas: Juntos pela Inovação e Escala na Educação 22

3. Estrutura e formato 24

1. Introdução

A Trienal de Educação da ADEA é um dos principais fóruns africanos de alto nível para o diálogo político, a aprendizagem entre pares e o intercâmbio de conhecimentos e experiências de impacto na educação. Reúne decisores políticos, educadores, parceiros de desenvolvimento e investigadores africanos para refletir sobre temas críticos que moldam a transformação dos sistemas de educação para um desenvolvimento social e económico sustentável em todo o continente. A Trienal tem como objetivo, entre outros: (1) Celebrar os progressos e os êxitos: Apresentar os esforços e as realizações na construção de sistemas de educação resilientes, equitativos, inclusivos e relevantes em toda a África. (2) Fazer um balanço dos desafios: Refletir sobre os estrangulamentos persistentes, as questões emergentes e as oportunidades relacionadas com a aprendizagem fundamental, o desenvolvimento de competências, o financiamento e a inovação. (3) Facilitar o diálogo: Permitir a aprendizagem e o intercâmbio entre países e parceiros, com ênfase em abordagens inovadoras, liderança e mecanismos de responsabilização. (4) Traçar um caminho coletivo para o futuro: Chegar a acordo sobre acções prioritárias para acelerar a transformação dos sistemas de educação e formação de África.

A Trienal 2025 baseia-se no legado das três anteriores realizadas em Ouagadougou (2012),[1] Dakar (2017),[2] e Maurícia (2022).[3] A edição deste ano faz o balanço dos progressos realizados desde 2022 e explora as implicações dos recentes desenvolvimentos a nível continental. Estes incluem a designação de 2024 como o Ano da Educação para África pela União Africana (UA), e a adoção de 2025-2034 como a Década da Educação Acelerada pelo Quinto Comité Técnico Especializado em Educação, Ciência e Tecnologia da UA (STC-EST5).

Quadros estratégicos cruciais adoptados durante este período - tais como a Estratégia Continental de Educação para África 2025-2034 (CESA 25-34), a Estratégia Continental Africana de Educação e Formação Técnica e Profissional (CTVET 25-34) e a Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação para África (STISA 2034) - irão moldar os debates e as prioridades desta Trienal.

As reuniões de alto nível no domínio da educação que tiveram lugar desde a última Trienal também contribuirão para o discurso, incluindo

- Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da UA
- A Conferência EdTech de Abuja 2024 e o Fórum Ministerial do CITL da Fundação Mastercard
- A Conferência Regional de Educação inaugural da Comunidade da África Oriental em Arusha (2024)
- O Intercâmbio Africano de Aprendizagem Fundamental (FLEX) em Freetown (2023) e Kigali (2024), onde os ministros se comprometeram a acabar com a pobreza na aprendizagem até 2035

[1] Promover conhecimentos, competências e qualificações essenciais para o desenvolvimento sustentável em África.
[2] Revitalizar a educação para a Agenda Global 2030 e a Agenda 2063 de África.
[3] Refletir sobre o impacto da COVID-19 na educação em África e criar resiliência para o desenvolvimento de competências.

- A Conferência da UA sobre Educação de 2024 em Nouakchott, Mauritânia

O enquadramento da Trienal 2025 é orientado pela visão da ADEA de "um sistema de educação e formação de elevada qualidade para um desenvolvimento sustentável acelerado em África" e pelo seu objetivo global de "capacitar os países africanos para transformarem a escolaridade em aprendizagem significativa". Este objetivo é apoiado pelas parcerias globais da ADEA, por um Secretariado competente e pelos Nós de Qualidade Inter-Países (ICQNs) liderados pelos países.

Por conseguinte, a Trienal centrar-se-á nas principais prioridades educativas de África, tal como refletido no Plano Estratégico da ADEA 2024-2028 , incluindo a melhoria da aprendizagem fundamental, a remodelação do desenvolvimento de competências técnicas e profissionais (TVSD) juntamente com o ensino secundário, o avanço do ensino superior e da investigação através da garantia de qualidade harmonizada e da mobilidade transfronteiriça, e o reforço da resiliência dos sistemas educativos, ancorados em três facilitadores transversais tomada de decisões informada por evidências através de dados de qualidade sobre educação e competências, alavancagem da EdTech para acesso e melhores resultados de aprendizagem, e promoção da equidade e inclusão, especialmente para populações vulneráveis.

Objectivos e resultados esperados

O objetivo geral da Trienal ADEA 2025 é fazer um balanço, aprender, partilhar experiências e comprometer-se a desenvolver motores e condições para um sistema educativo resiliente. Especificamente, o evento visa

- Refletir sobre os progressos e os desafios no reforço dos sistemas educativos africanos para acabar com a pobreza de aprendizagem até ao final da década.
- Promover a partilha de conhecimentos e experiências em torno de soluções práticas e inovadoras em áreas específicas, conforme orientado pelos subtemas da Trienal.
- Interrogar, validar e adotar tendências novas/emergentes em matéria de provas, boas práticas e inovações que apoiem a reconstrução da futura força de trabalho em África através da educação e da formação.
- Criar consensos, compromissos e parcerias entre os ministérios e outros intervenientes no sector da educação em África e no resto do mundo para a implementação contínua e a expansão de reformas educativas bem sucedidas

Espera-se uma maior clareza e compreensão das reformas bem sucedidas nos sistemas educativos de África desde 2022; partilha de conhecimentos, experiências, boas práticas e soluções na educação em África; promoção de parcerias para o desenvolvimento e implementação de políticas e estratégias; e um quadro vinculativo de resultados a nível político.

Tema e subtemas

Tema proposto: "Reforçar a resiliência dos sistemas educativos de África: Avançar para a erradicação da pobreza de aprendizagem até 2035 com uma mão de obra bem formada e qualificada para o continente e não só".

Para operacionalizar este tema, a Trienal de 2025 propõe oito subtemas interligados:

1. **Reimaginar o financiamento da educação em África**, incluindo as implicações decorrentes das mudanças no panorama do financiamento global.
2. **Melhorar a aprendizagem fundamental** - Progressos e desafios desde o FLEX 2024
3. **Transformar o ensino secundário e garantir o financiamento sustentável e as melhores práticas para o TVSD**[4] Utilizando parcerias inovadoras - O que funciona?
4. **Reposicionamento do ensino superior e da investigação científica** através de um financiamento sustentável, da relevância da investigação e da mobilidade de competências, em conformidade com a ZCLCA
5. **Utilizar provas e tecnologia digital** para integrar todos os alunos - acertos e erros
6. **Das políticas aos sistemas e processos** - O valor da educação de qualidade e dos dados sobre competências no acompanhamento de resultados de aprendizagem sustentados e em escala
7. **Abordagens inovadoras e sustentáveis na liderança escolar, preparação de professores e desenvolvimento profissional contínuo** na Década da Educação para África
8. **Género, equidade, inclusão e adaptação às alterações climáticas:** Juntos pela Inovação e Escala na Educação

2. Antecedentes, iniciativas e questões

Uma análise comparativa dos principais marcos da história económica de África, juntamente com a evolução económica mundial, revela transformações significativas. Desde os impérios comerciais florescentes dos anos pré-1500 - em contraste com o domínio das economias feudais europeias e do comércio do Oceano Índico - até à narrativa da "África em ascensão" dos anos 2000, a última década destaca o crescimento do continente em EdTech e FinTech. Este crescimento é apoiado por quadros como a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), embora ocorra no meio de desafios como as alterações climáticas, a dívida, a instabilidade política e o desemprego dos jovens.

As economias mundiais ainda estão a recuperar de perturbações como a pandemia de COVID-19, as mudanças nas cadeias de ajuda e de abastecimento e a transformação digital em curso (incluindo a ascensão da IA). Simultaneamente, a mudança global para a energia verde e a dissociação dos combustíveis fósseis está a acelerar.

O que é que a educação e o desenvolvimento de competências têm a ver com tudo isto - e porque é que são importantes para África? A resposta reside em três dimensões: aprendizagem fundamental, juventude, emprego e resiliência.

África tem a população mais jovem do mundo, com mais de 60% de jovens com menos de 25 anos. O desemprego e o subemprego dos jovens continuam a ser elevados devido a um desfasamento persistente entre os resultados educativos e as exigências do mercado de trabalho. No entanto, as iniciativas de desenvolvimento de competências - como os bootcamps de codificação e as incubadoras de empreendedorismo - estão a ganhar força nos centros urbanos.

[4] Desenvolvimento de competências técnicas e profissionais

Na última década, as taxas brutas de matrícula no ensino primário melhoraram, tendo muitos países ultrapassado os 90%. No entanto, as taxas de conclusão continuam baixas devido ao abandono escolar e à repetição de ano. As matrículas no ensino secundário, especialmente para as raparigas, também aumentaram, embora as comunidades rurais e marginalizadas ainda enfrentem barreiras de acesso. As matrículas no ensino superior mais do que duplicaram em vários países, impulsionadas pelo crescimento da população e pela expansão do acesso.

Em termos de resultados de alfabetização e aprendizagem, a alfabetização de adultos melhorou, mas continua a ser um grande desafio, especialmente na África Subsariana, onde a taxa média de alfabetização de adultos é de cerca de 67%. A pobreza na aprendizagem (definida como a incapacidade de ler e compreender um texto simples até aos 10 anos de idade) afecta aproximadamente 87% das crianças da região (Banco Mundial, 2023). Muitos estudantes não possuem competências básicas, apesar de estarem a frequentar a escola.

Os progressos na aquisição de competências digitais e técnicas têm sido desiguais. Embora a aprendizagem digital tenha aumentado durante a pandemia da COVID-19, as lacunas nas infra-estruturas - como o acesso limitado à Internet, dispositivos insuficientes e eletricidade não fiável - continuam a prejudicar muitos alunos. O investimento no ensino e na formação técnica e profissional (TVET) está a aumentar para combater o desemprego dos jovens e a inadequação das competências, e alguns países estão a integrar o empreendedorismo e as competências transversais nos currículos.

Os esforços em matéria de género e inclusão também registaram progressos. A paridade de género no ensino primário e secundário inferior melhorou, embora persistam disparidades nos níveis mais elevados. As raparigas e as mulheres continuam a enfrentar obstáculos como o casamento precoce, a gravidez e as normas culturais. O apoio aos alunos com deficiência e aos refugiados aumentou, mas continua a ser subfinanciado.

As recentes mudanças no financiamento externo da saúde e da educação, juntamente com os desafios de longa data em matéria de financiamento e responsabilização, estão a conduzir a uma reavaliação dos modelos de financiamento da educação. Em muitos países, a despesa pública com a educação continua a ser inferior aos 20% recomendados dos orçamentos de Estado. Continua a existir uma forte dependência da ajuda externa, sobretudo nas zonas afectadas por conflitos.

À medida que mais países africanos se orientam para currículos baseados em competências e para uma educação relevante para o mercado de trabalho, é chegado o momento de um "renascimento" dos investimentos no sector social - em particular na educação, na saúde e na agricultura - aproveitando simultaneamente tecnologias modernas como a IA.

A pandemia da COVID-19 sublinhou a importância de sistemas resilientes. O sector da educação em África foi um dos mais atingidos, tendo muitas respostas políticas sido mais reactivas do que proactivas. A crise pôs em evidência a necessidade de sistemas de alerta precoce alimentados por modelos preditivos. Com uma população predominantemente jovem, África não se pode dar ao luxo de negligenciar a sua juventude. Uma população jovem não qualificada representa um grande risco, ao passo que uma população jovem qualificada é um enorme ativo - oferecendo benefícios a longo prazo para o continente e para o mundo.

O tema da Trienal ADEA 2025 - "**Reforçar a resiliência dos sistemas educativos africanos: avançar para a erradicação da pobreza de aprendizagem até 2035 com uma força de trabalho bem formada e qualificada para o continente e não só**" - é oportuno. Os debates sob

este tema destacarão os êxitos dos sistemas educativos africanos, identificarão áreas a melhorar e explorarão a forma de otimizar a utilização dos recursos, promover a responsabilização e fomentar a liderança e as parcerias africanas. O que precede reflecte cada um dos sete subtemas de apoio.

Subtema 1. Reimaginar o financiamento da educação em África, incluindo as implicações decorrentes das mudanças no panorama do financiamento global

Os países africanos gastaram, em média, 4,6% do seu PIB na educação pública em 2019, de acordo com o GEMR e a ADEA (2022). Este valor corresponde apenas ao valor de referência global de 4-6% do PIB ou 15-20% da despesa pública total. O ensino primário tem a maior quota-parte, com 2% do PIB e 44% da despesa total com a educação, e o ensino secundário com 1,5% e 34%, respetivamente. O Banco Mundial (2022) estima que o ensino superior representa 1,1% do PIB e 22,6% da despesa pública total com a educação, com custos elevados por aluno. O investimento no ensino pré-primário é extremamente baixo, representando em média apenas 0,1% do PIB. Muitos países africanos gastam menos de 2% dos orçamentos da educação na EPI (UNICEF, 2021). Há também a questão da afetação de verbas em comparação com os desembolsos, sendo que estes últimos retratam a realidade.

As ideias práticas e estratégicas para ajudar os países africanos a irem além do mínimo necessário no financiamento da educação incluem uma melhor ligação do financiamento da educação ao crescimento económico - tornando o argumento para o aumento das despesas com a educação mais "económico" do que social, um investimento estratégico na vantagem demográfica de África (a juventude). Significa também aumentar a mobilização de recursos internos através de reformas fiscais progressivas, combater agressivamente os fluxos financeiros ilícitos, melhorar a eficiência e a responsabilização, alargar a base fiscal, por exemplo, digitalizando os sistemas de cobrança de impostos e analisando a afetação das receitas dos recursos naturais. O reforço da colaboração regional, o envolvimento intencional do sector privado e da filantropia e a adoção de um financiamento baseado em dados são também fundamentais.

África deve também repensar a sua posição em relação ao financiamento externo. As recentes reduções na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para a educação e o desenvolvimento de competências em África tiveram impactos profundos e multifacetados. Estes cortes estão a exacerbar os desafios existentes em matéria de acesso, equidade e qualidade da aprendizagem e ameaçam o progresso socioeconómico a longo prazo no continente.

A decisão do governo dos Estados Unidos de acabar com o financiamento de uma vasta gama de programas apoiados pela USAID - incluindo os que se destinam à saúde, educação e desenvolvimento de competências - lançou muitas iniciativas na incerteza. Esta medida teve um efeito de arrastamento em todos os sectores e países, criando uma situação sem precedentes para a educação e o desenvolvimento de competências em África. No entanto, as tendências da APD sugerem que essa mudança era cada vez mais provável. Um blogue recente do Banco Mundial , organizado pelo Relatório de Monitorização Global da Educação (GEM), destaca o desafio crónico de cumprir o objetivo de longa data da ONU para a APD - 0,7% do rendimento nacional bruto (RNB). Há cinco anos, apenas seis dos 30 membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Reino Unido) cumpriam este objetivo. Atualmente, a despesa média com APD entre os doadores da OCDE permanece estagnada em cerca de 0,35% do RNB, com novas reduções no horizonte.

De acordo com um relatório de 2025 da Fundação Europeia para a Formação, as interrupções da USAID afectaram programas de educação e desenvolvimento de competências em 58 países. Dos 396 programas específicos de educação afectados, mais de um terço situava-se na África Subsariana (153 programas) e outros 72 no Norte de África e no Médio Oriente. Os grupos vulneráveis - incluindo raparigas, refugiados e comunidades marginalizadas - são provavelmente os mais afectados a curto prazo. As consequências a longo prazo podem incluir uma regressão no ODS 4 e nos quadros educativos continentais, como a CESA e a Estratégia Continental de TVET. Estes retrocessos podem conduzir a taxas de abandono escolar mais elevadas, a maiores disparidades entre os géneros, ao aumento do desemprego entre os jovens e à falta de preparação da força de trabalho, potencialmente alimentando a instabilidade económica e as mudanças geopolíticas.

O Relatório GEM (2025) observa que, embora a ação dos EUA seja particularmente abrupta, reflecte tendências mais amplas entre outros países doadores. O Reino Unido, por exemplo, reduziu a sua APD de 0,7% para 0,5% do RNB em 2021, com novos cortes para 0,3% até 2027. Os Países Baixos planeiam reduzir a sua APD de 0,62% em 2024 para 0,44% em 2029. A Bélgica reduzirá a ajuda em 25% ao longo de cinco anos e a Suíça está a cortar 363 milhões de dólares do seu orçamento de cooperação para o desenvolvimento bilateral e multilateral para 2026-28, incluindo para a educação. Estes cortes têm consequências tangíveis: prevê-se que a ajuda à educação no Chade e na Libéria seja reduzida para metade, enquanto Madagáscar e o Mali sofrerão uma redução de um terço. A Etiópia, o Ruanda e a RDC enfrentam reduções da ajuda de 33 milhões de dólares, 35 milhões de dólares e 51 milhões de dólares, respetivamente. No total, prevê-se que as despesas com a educação na Libéria e na Somália sofram uma redução de 23% e 45%, respetivamente.

A resposta de África: Um imperativo de resiliência

Esta crise foi prenunciada na sequência da pandemia de COVID-19, que expôs as profundas vulnerabilidades dos sistemas educativos de África. Uma das principais conclusões foi a necessidade urgente de sistemas de alerta precoce e de estratégias de resiliência a longo prazo no planeamento da educação.

Existem agora sinais encorajadores de uma mudança no ecossistema global de parceiros. A Fundação Gates tem estado a trabalhar com a ADEA e a Human Capital Africa (HCA) para envolver os decisores políticos na reimaginação do financiamento da educação para a aprendizagem fundamental. Durante a 6ª reunião do Fórum Ministerial Africano de Aprendizagem Fundamental, os estados membros partilharam perspectivas e iniciativas emergentes concebidas para responder ao novo cenário de financiamento. Os ministros concordaram coletivamente com a necessidade de uma iniciativa liderada pelo governo que coloque os países africanos na vanguarda dos esforços para cumprir os compromissos nacionais e continentais em matéria de educação - incluindo o objetivo de acabar com a pobreza na aprendizagem até 2035.

Ao mesmo tempo, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) tem estado a explorar a forma como inovações como a IA podem ser utilizadas para a mobilização de recursos nacionais. Isto inclui o aproveitamento de plataformas digitais e sistemas de dados para melhorar a cobrança de impostos, alargar a base de receitas e dar prioridade ao investimento em sectores sociais fundamentais. Outros debates centraram-se em mecanismos de financiamento inovadores com parcerias público-privadas a nível nacional, como parte da mobilização da filantropia privada.

Os debates no âmbito deste subtema na Trienal ADEA 2025 constituem um momento decisivo para os decisores políticos africanos no domínio da educação. Esta é uma oportunidade crucial para dar passos estratégicos e ousados em direção a um financiamento sustentável e autossuficiente da educação - e é uma oportunidade que África não deve perder.

Subtema 2. Melhorar a aprendizagem fundamental - Progressos e desafios desde o FLEX 2024

O ano de 2024 marcou um momento crucial para a aprendizagem fundamental em África, com duas declarações marcantes que a elevaram ao topo da agenda de desenvolvimento do continente. Em primeiro lugar, na Conferência Ministerial sobre a Aprendizagem Fundamental em África (FLEX 2024), realizada em Kigali, no Ruanda, em novembro, os Ministros da Educação africanos comprometeram-se a acabar com a pobreza na aprendizagem até 2035 (ADEA, 2025). Os Ministros também aprovaram o apelo da União Africana (UA) para uma "Década da Educação", com o objetivo de abordar a crise de aprendizagem cada vez mais profunda do continente. Seguiu-se uma segunda grande declaração na Conferência Continental da UA sobre Educação, Juventude e Empregabilidade, realizada na Mauritânia em dezembro de 2024, que reafirmou o compromisso de erradicar a pobreza de aprendizagem até 2035. A Declaração da Mauritânia foi posteriormente aprovada na Cimeira da UA em fevereiro de 2025.

A aprendizagem fundamental - que inclui a educação e o desenvolvimento na primeira infância (ECED), as competências de literacia e numeracia, as competências socioemocionais, os valores e o bem-estar - também foi priorizada, abrangendo três dos seis pilares estratégicos da Estratégia Continental de Educação para África (CESA 26-35).

Tendo em conta estes desenvolvimentos, é essencial acompanhar a implementação da Declaração de Kigali para a Ação, que delineou cinco acções prioritárias aprovadas pelos Ministros:

- Reforçar a colaboração regional para promover a partilha de conhecimentos e fomentar a inovação na aprendizagem fundamental.
- Adaptar, integrar e alargar as abordagens baseadas em provas para melhorar os resultados da aprendizagem fundamental.
- Reforçar os sistemas de dados, as avaliações, a responsabilização e a utilização de provas para orientar a tomada de decisões.
- Assegurar a utilização intencional e eficiente dos recursos nacionais, com ênfase em intervenções económicas e escaláveis.
- Alinhar e coordenar as iniciativas dos parceiros a nível nacional para evitar a duplicação e maximizar o impacto dos recursos.

Para apoiar este processo, a ADEA colaborou com a Human Capital Africa (HCA) e com os pontos focais técnicos nacionais para desenvolver um conjunto de indicadores para monitorizar os resultados do FLEX 2024. Está prevista uma reunião em Nairobi (24-25 de junho) para aperfeiçoar o quadro de indicadores a utilizar pelos países antes da Trienal.

Foi também criada uma dinâmica em torno da operacionalização da Declaração de Nouakchott através da "Campanha pelo Fim da Pobreza na Aprendizagem", que está a ser lançada a nível nacional. O primeiro lançamento teve lugar na Zâmbia em abril de 2025, estando previstos lançamentos adicionais na Namíbia (11-12 de junho), no Malawi (16 de junho), no Zimbabué (25

de junho), na Nigéria (9 de julho) e no Botswana (14 de julho). Estas campanhas nacionais visam localizar as prioridades de aprendizagem fundamentais e catalisar a ação multissectorial. Está previsto para a última semana de julho de 2025 um workshop de validação de dois dias sobre práticas escaláveis para acabar com a pobreza de aprendizagem. Seguir-se-á um evento paralelo no PACTED 2025, no início de outubro, centrado no papel fundamental dos professores na promoção da aprendizagem fundamental, e preparará o terreno para a Trienal ADEA 2025, a realizar no Gana de 29 a 31 de outubro.

Estão em curso esforços para desenvolver um Quadro Comum Africano de Avaliação para a Aprendizagem Fundamental, tal como aprovado pelos Ministros na reunião do seu Comité Técnico Especializado (CTE) em 2023. Espera-se que este quadro melhore a comparabilidade, a avaliação comparativa e as intervenções direcionadas em todo o continente.

Para amplificar estes esforços, o Campeão Africano da Aprendizagem Fundamental continua a utilizar várias plataformas para aumentar a sensibilização e mobilizar a vontade política. Há também um esforço para garantir uma mensagem coerente em torno da aprendizagem fundamental, reunindo governos, parceiros, sociedade civil e comunidades sob uma visão unificada. Uma recente mesa redonda facilitada pelo FCDO sobre aprendizagem fundamental, realizada a 22 de maio de 2025 à margem do Fórum Mundial da Educação em Londres, reuniu ministros da África do Sul, Gana, Zâmbia, Malawi e outros. Os ministros sublinharam a necessidade urgente de uma colaboração mais profunda face às graves restrições orçamentais e às prioridades concorrentes. O consenso foi claro: o fracasso não é uma opção. Sem uma ação decisiva, a África arrisca-se a pagar um preço muito mais elevado - perda de potencial humano, agravamento da desigualdade e aumento do fosso global de competências.

Este subtema é tão fundamental como o seu nome indica. A Trienal ADEA 2025 oferece uma plataforma importante para avaliar os progressos realizados desde Kigali e Nouakchott, identificar lacunas e acelerar a ação colectiva para acabar com a pobreza de aprendizagem em África.

Subtema 3. Transformar o Ensino Secundário e Garantir o Financiamento Sustentável e as Melhores Práticas para o Desenvolvimento de Competências Técnicas e Profissionais Utilizando Parcerias Inovadoras - O que funciona?

Entre 2020 e 2040, prevê-se que o número de jovens africanos que completam o ensino secundário ou superior mais do que duplique, passando de 103 milhões para 240 milhões (CUA e OCDE, 2024). Esta mudança demográfica sublinha a necessidade urgente de estratégias orientadas para a tecnologia e escaláveis que preparem os jovens para o trabalho futuro - particularmente em sectores sustentáveis como a agricultura de precisão**,** a biotecnologia e as economias verde, digital, azul e laranja (Estratégia CTVET da UA 2025-2034). Para satisfazer esta procura, é necessário transformar os sistemas de educação e formação , nomeadamente através do ensino secundário, e repensar o financiamento do desenvolvimento de competências técnicas e profissionais (TVSD), tendo em conta a importância dos conhecimentos indígenas.

A ligação entre o ensino secundário e a TVET para dotar os jovens de competências relevantes para o século XXI está bem articulada em quatro dos seis pilares estratégicos da Estratégia Continental de Educação para África (CESA 26-35). A Estratégia Continental de EFTP para África (2025-2034) define quatro pilares prioritários: política, governação e finanças; qualidade e inclusão; parcerias, partilha de conhecimentos e ligações com o sector produtivo; e

desenvolvimento institucional, tecnologia e inovação, incluindo a transformação digital e ecológica dos sistemas e currículos. Estas estratégias são apoiadas por quadros sólidos de acompanhamento e avaliação, concebidos para acompanhar a adaptação e o impacto a nível nacional. No entanto, a limitada capacidade nacional - tanto financeira como humana - constitui um obstáculo significativo à sua plena integração e implementação. A União Africana e os seus parceiros estabeleceram quadros de implementação para parcerias com múltiplos intervenientes a nível nacional, regional e continental.

O nexo entre o ensino secundário e o TVSD

Os países estão a reconhecer cada vez mais o DCTV como um percurso profissional viável e respeitado. Em resposta, alguns estão a integrar disciplinas profissionais no ensino secundário, ajudando os alunos a explorar opções de carreira numa fase precoce e dotando os que transitam diretamente para o mercado de trabalho de competências práticas e empregáveis. Isto também serve para melhorar a orientação profissional, reduzir o estigma em torno dos percursos profissionais e alargar as vias para um trabalho digno.

Mas transformar o ensino secundário em África para preparar adequadamente os jovens para o futuro requer uma abordagem holística que aborde várias áreas interligadas. O ensino baseado em competências (CBE) promove métodos de ensino/aprendizagem práticos e participativos e dá ênfase a competências como o pensamento crítico, a resolução de problemas, a criatividade, a comunicação, a colaboração, a auto-eficácia, o aprender a aprender e a literacia digital. A implementação bem sucedida do currículo baseado em competências (CBC) exige uma sensibilização significativa entre as partes interessadas e a resolução dos desafios de turmas grandes, infra-estruturas inadequadas e dificuldades na normalização da avaliação para uma abordagem de aprendizagem personalizada. No CBC, os professores deixam de ser "transmissores de conhecimentos" e passam a ser "capacitadores" e facilitadores, ativamente envolvidos na supervisão e orientação dos alunos. Por conseguinte, necessitam de uma compreensão profunda dos princípios do CBC, de uma atitude positiva em relação à nova abordagem e das competências necessárias para a implementar eficazmente. Isto inclui formação em métodos centrados no aluno e em literacia digital. A formação contínua em serviço e os sistemas de apoio são vitais para preparar eficazmente os professores para a aplicação do programa de cooperação transfronteiriça.

Em África, ocorrem frequentemente taxas significativas de repetição e de abandono escolar durante a transição do ensino primário para o ensino secundário e durante o ciclo secundário. A melhoria das transições exige a diversificação das estruturas pós-primárias para proporcionar percursos de aprendizagem mais variados que respondam melhor às realidades económicas e sociais do continente. O desenvolvimento de mecanismos de apoio robustos, incluindo programas de aconselhamento e orientação, também pode dar resposta aos desafios emocionais, sociais e académicos que os alunos enfrentam durante as transições. É também fundamental assegurar uma progressão suave da aprendizagem e do desenvolvimento de competências do ensino primário para o secundário e mais além, minimizando a desconexão entre os diferentes níveis de ensino.

Percursos alternativos para o mundo académico e o mundo do trabalho

Nem todos os alunos se adequam aos percursos académicos tradicionais para a universidade. Os percursos alternativos são cruciais para a inclusão e para responder às diversas necessidades da economia. As principais estratégias incluem o reforço dos programas TVSD

para fornecer competências práticas e relevantes para o mercado, o fomento de parcerias com as indústrias para promover também modelos de formação e ensino fora do campus (realizados dentro da indústria), o desenvolvimento e a expansão de programas de educação não formal para jovens que não frequentam a escola e a oferta de percursos de regresso à educação formal ou de entrada direta na força de trabalho, criar mais oportunidades de aprendizagem prática através de aprendizagens e estágios, colmatar a lacuna entre a educação e o emprego, integrar competências de empreendedorismo no currículo e prestar apoio aos jovens para que iniciem os seus próprios negócios, e oferecer programas direcionados para competências digitais, codificação e outras áreas relacionadas com a tecnologia para preparar os jovens para a economia digital.

Para preparar melhor os jovens africanos para o futuro mundo do trabalho, os currículos do ensino secundário têm de estar fortemente alinhados com as exigências do futuro mercado de trabalho, com base em análises do mercado de trabalho e nas necessidades da indústria. É igualmente importante promover colaborações mais fortes entre as instituições de ensino, a indústria, o governo e a sociedade civil, e fornecer serviços eficazes de orientação e aconselhamento profissional para que os estudantes possam explorar diferentes vias e tomar decisões informadas. Ao abordar estas áreas interligadas de forma abrangente, os países africanos podem transformar verdadeiramente os seus sistemas de ensino secundário para capacitar os seus jovens com as competências, aptidões e mentalidades necessárias para prosperar no futuro mundo do trabalho.

Domesticação contextual e o valor do conhecimento indígena

Um desafio central continua a ser a domesticação contextual da estratégia continental - garantindo que as estratégias nacionais adaptam o quadro geral da UA às suas circunstâncias únicas, ao mesmo tempo que promovem prioridades como o reconhecimento da aprendizagem e formação anteriores; a inclusão social e a igualdade de género; a transformação digital e ecológica; e o envolvimento do sector produtivo na conceção e execução do currículo. Para ultrapassar esta situação, os países são encorajados a basear-se nas parcerias existentes e nos modelos de sucesso, a adotar uma abordagem flexível à inovação e a reexaminar as estratégias de mobilização de recursos nacionais para financiar o desenvolvimento de competências. Existem iniciativas notáveis que apoiam a criação de Centros de Excelência TVET, promovem abordagens de aprendizagem combinada e facilitam o intercâmbio de conhecimentos entre países. Estas incluem o projeto SKILL-UP do BIT no Gana, o programa STEP da GIZ na Etiópia, o Skills for Work (SfW) da Commonwealth of Learning na Nigéria, Zâmbia e Quénia e a Iniciativa de Competências para África (SIFA) da AUDA-NEPAD.

A integração dos ricos sistemas de conhecimentos indígenas (IKS) de África nos seus quadros educativos é uma necessidade estratégica para promover o crescimento sustentável nas economias azul, verde e laranja do continente. Os IKS oferecem soluções específicas ao contexto, resilientes e culturalmente relevantes que, quando combinadas com a educação e a tecnologia modernas, podem desbloquear um potencial económico significativo, criar empregos e melhorar os meios de subsistência. Além disso, esta abordagem promove a gestão ambiental, a preservação cultural e contribui para a descolonização dos sistemas educativos. Ao unir a sabedoria tradicional com a aprendizagem contemporânea, África pode cultivar uma força de trabalho equipada para impulsionar o desenvolvimento inclusivo e sustentável. A integração efectiva do IKS no ensino africano requer uma abordagem multifacetada que englobe a reforma curricular, métodos pedagógicos inovadores, formação sólida de professores e

parcerias comunitárias genuínas. Também é necessário conceber programas educativos que combinem o conhecimento ecológico tradicional e as práticas culturais com competências tecnológicas, empresariais e digitais modernas para capacitar os detentores de IKS a participar e liderar empreendimentos sustentáveis.

Este subtema da Trienal ADEA 2025 explorará a medida em que os esforços inovadores estão a transformar o panorama do TVSD em África com um maior nexo com um ensino secundário transformado. Destacará também o que funciona, identificará práticas escaláveis e discutirá o futuro do ensino secundário como motor do crescimento inclusivo, do trabalho digno e da transformação económica no continente .

Subtema 4. Reposicionamento do ensino superior e da investigação científica através de um financiamento sustentável e inovador, do reforço do valor e da relevância da investigação e da promoção da mobilidade das competências em África, em consonância com a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)

A implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) representa uma oportunidade única para reposicionar o ensino superior e a investigação científica como pilares centrais da transformação socioeconómica de África. Embora a ZCLCA seja principalmente um quadro económico destinado a impulsionar o comércio e a integração intra-africanos, os seus efeitos na educação - particularmente no ensino superior - são substanciais, criando tanto oportunidades como desafios.

Oportunidades para o ensino superior no âmbito da ZCLCA

A ZCLCA incentiva uma maior mobilidade académica em todo o continente, facilitando a livre circulação de estudantes, professores e investigadores. Isto abre novos caminhos para a diversidade regional nas universidades africanas, através de uma maior inscrição de estudantes intra-africanos e da colaboração transfronteiriça em projectos de investigação e inovação em grande escala e em vários países. Também incentiva a harmonização das normas académicas, impulsionada pela importância crescente de instrumentos como o Quadro Africano de Qualificações (ACQF) e o Mecanismo Africano de Classificação da Qualidade (AQRM).

Ao mesmo tempo, as universidades estão a ser chamadas a alinhar os currículos com as exigências de competências do mercado de trabalho impulsionado pela ZCLCA, incluindo competências em empreendedorismo, direito comercial, tecnologias digitais e comunicação intercultural. Os programas de licenciatura conjuntos, os intercâmbios de professores e os modelos de ensino em colaboração também podem promover a integração continental e as parcerias institucionais. Isto para além da adoção do modelo de formação e ensino fora do campus no seio da indústria e da avaliação da sua eficácia.

Desafios para uma integração efectiva

Apesar destes desenvolvimentos promissores, o caminho para a plena realização do potencial da ZCLCA no ensino superior tem barreiras estruturais, sendo a principal delas a divergência regulamentar entre os Estados Membros em matéria de acreditação, garantia de qualidade e reconhecimento de qualificações. As lacunas em termos de infra-estruturas e de financiamento, em particular para as instituições com poucos recursos, limitam a sua capacidade de participar

plenamente. As barreiras linguísticas e culturais também complicam a harmonização académica e a mobilidade dos estudantes e dos professores. Existe também o risco de fuga de cérebros, com académicos e estudantes qualificados a gravitarem em direção a universidades com melhores recursos, deixando potencialmente uma lacuna de capacidade nos países de rendimento mais baixo.

Para atenuar estes desafios, é urgente desenvolver quadros continentais para o reconhecimento mútuo das qualificações académicas e profissionais, apoiados por um alinhamento das políticas dos ministérios da educação. Isto deve ser acompanhado de investimentos em plataformas de aprendizagem digital, centros de empreendedorismo e parcerias público-privadas que alinhem as ofertas educativas com os objectivos económicos da ZCLCA.

Tornar a investigação mais valiosa, transcendendo os subsectores da educação e alinhada com as prioridades continentais

A ZCLCA pode catalisar uma mudança nas universidades africanas para a investigação aplicada, relevante para as políticas e interdisciplinar. Há uma procura crescente de conhecimentos nacionais em áreas como o comércio regional e a integração económica, a industrialização e o empreendedorismo, as transições digital e ecológica e o desenvolvimento sustentável.

Esta mudança permitiria que as universidades ultrapassassem a produção teórica e passassem a dedicar-se à investigação que informa diretamente a política e a programação do desenvolvimento. Existem também oportunidades para reunir recursos, criar plataformas regionais de inovação e aumentar o apoio de organismos pan-africanos como a União Africana, a Academia Africana de Ciências e o BAD.

Os resultados da investigação nos estabelecimentos de ensino superior devem ser integrados na tomada de decisões nos outros subsectores da educação em África. Este facto promove a relevância desses dados. Para reforçar esta ligação, é necessário implementar estratégias que estabeleçam a ligação entre os dirigentes universitários e os dos subsectores da TVET, do ensino secundário, do ensino primário e da educação pré-escolar, a fim de compreender melhor as suas necessidades e, por conseguinte, orientar a investigação em conformidade.

Facilitar a mobilidade de competências em todo o continente e o imperativo de um financiamento sustentável e inovador

A mobilidade de competências é um pilar fundamental da ZCLCA. Com qualificações harmonizadas e fronteiras mais abertas, as instituições de ensino superior devem garantir que os licenciados estejam equipados com competências transferíveis e transfronteiriças, como a literacia digital, o multilinguismo, a fluência intercultural e o conhecimento do mercado de trabalho regional. Tal poderia desbloquear a mobilidade dos docentes e investigadores, as nomeações académicas conjuntas e as reservas continentais de talentos em sectores prioritários como a saúde, as finanças digitais e as tecnologias climáticas. No entanto, as disparidades nos sistemas de ensino e na capacidade institucional devem ser abordadas para garantir que a mobilidade seja equitativa e não exacerbe a desigualdade entre as regiões.

O financiamento sustentável continua a ser uma barreira fundamental - e um grande facilitador - da transformação do ensino superior. A ZCLCA abre novas vias para o financiamento inovador, incluindo fluxos de financiamento relacionados com o comércio, investimentos da diáspora e

do sector privado, parcerias público-privadas transfronteiriças e modelos de financiamento misto que combinam financiamento governamental, empresarial e de desenvolvimento. Os fundos regionais de inovação e as bolsas de estudo ligadas ao comércio podem ajudar a alargar o acesso e a equidade, em especial para as instituições rurais e com poucos recursos. As universidades também podem beneficiar do recurso a bancos multilaterais de desenvolvimento (por exemplo, o BAD) e a fundos de facilitação do comércio para apoiar programas de investigação, inovação e empreendedorismo. No entanto, é preciso ter cuidado para evitar a dependência excessiva das agendas orientadas pelos doadores, garantindo que o financiamento se alinhe com as prioridades nacionais e locais.

A ZCLCA representa uma oportunidade histórica para reposicionar o ensino superior africano: para se tornar mais inovador, mais bem financiado, mais reativo às necessidades do mercado de trabalho e mais profundamente integrado além-fronteiras. Este subtema explorará a forma de traduzir estas oportunidades em acções tangíveis - através de experiências contextualizadas, parcerias e práticas escaláveis - para garantir que os sistemas de ensino superior africanos se tornem verdadeiros motores de transformação económica e de desenvolvimento inclusivo.

Subtema 5. Utilizar as evidências e a tecnologia digital na educação para integrar todos os alunos - êxitos e fracassos

Para garantir que nenhum aluno é deixado para trás, os países africanos estão a recorrer cada vez mais a estratégias baseadas em provas e a tecnologias digitais para expandir o acesso, melhorar os resultados da aprendizagem e promover a educação inclusiva. No entanto, embora os progressos sejam evidentes, subsistem lacunas e desafios significativos. Este subtema explorará iniciativas de resposta bem sucedidas e identificará estrangulamentos e riscos críticos - os acertos e os erros - na jornada em direção a uma transformação digital equitativa na educação.

Tirar partido dos dados e das provas para uma tomada de decisões inclusiva

Um passo fundamental na transformação digital é a disponibilidade e utilização de dados fiáveis e desagregados para informar a política e o planeamento da educação. Os governos podem beneficiar de:

- Painéis de educação nacionais e regionais que acompanham as matrículas, a assiduidade, os resultados da aprendizagem e os indicadores de equidade (por exemplo, género, deficiência, região).
- Utilização de avaliações de aprendizagem, como o PASEC e o SEACMEQ, para identificar lacunas e orientar intervenções direcionadas.
- Plataformas de evidência para ação para traduzir a investigação em prática e informar a reforma política adaptativa.

O reforço da capacidade institucional para a análise de dados e o estabelecimento de um quadro de avaliação comum em todos os países apoiará uma tomada de decisões mais direcionada e eficiente.

Expansão da infraestrutura e do acesso digitais e fornecimento de soluções EdTech acessíveis e inclusivas

Estão em curso várias iniciativas apoiadas pelo governo e por parceiros para construir infra-estruturas digitais robustas, especialmente em comunidades rurais e carenciadas. Incluem investimentos em conetividade de banda larga através de parcerias público-privadas, dispositivos alimentados a energia solar e servidores de conteúdos offline para garantir a funcionalidade em escolas fora da rede, e conteúdos inclusivos e na língua local para melhorar a usabilidade e a compreensão de todos os alunos. Estas intervenções melhoram o acesso digital e a equidade, mas a sua manutenção e expansão exigirão um investimento contínuo e apoio político.

É fundamental garantir que as plataformas de aprendizagem digital sejam inclusivas desde a conceção. As estratégias inovadoras incluem a adoção de tecnologias de assistência, como leitores de ecrã, ferramentas de conversão de texto em voz e interfaces acessíveis para alunos com deficiência. Outras são as plataformas sensíveis ao género, que têm em conta a segurança digital das raparigas e abordam barreiras como o assédio e as lacunas de literacia, e as plataformas multilingues adaptadas às línguas locais e aos contextos culturais. Estas inovações demonstraram um forte potencial, mas exigem uma ação política deliberada e investimento para garantir que chegam aos mais marginalizados.

Formação de professores e redes de apoio de pares, parcerias multissectoriais e centros de inovação

Os professores continuam a ser a base de uma integração bem sucedida das tecnologias da educação. Três áreas prioritárias para uma preparação eficaz dos professores são a formação em pedagogia digital (integrada em programas pré-serviço e em serviço), comunidades de prática (onde os educadores podem partilhar conteúdos, ferramentas e estratégias) e mecanismos de feedback em tempo real (que permitem aos professores adaptar a instrução com base nas necessidades dos alunos). Os esforços para equipar os professores com as competências e ferramentas corretas devem ser acompanhados de incentivos, orientação e sistemas de apoio técnico.

A colaboração entre sectores catalisou muitos avanços da EdTech em África. Os centros tecnológicos e as empresas em fase de arranque estão a desenvolver em conjunto ferramentas de aprendizagem de baixo custo e relevantes para o contexto. Os meios de comunicação social estão a estabelecer parcerias com as telecomunicações para ministrar educação através de SMS, televisão e rádio, especialmente em zonas de baixa conetividade. Existem também plataformas de código aberto e repositórios partilhados que permitem uma escalabilidade acessível. Estas parcerias devem ser alimentadas estrategicamente para fornecer soluções à escala, mantendo a qualidade e a inclusividade.

Monitorização, avaliação e aprendizagem adaptativa (MEAL) e reformas das políticas e do financiamento

O reforço do controlo, da avaliação e da aprendizagem adaptativa (MEAL) exige sistemas de aprendizagem adaptativa que se baseiem no feedback contínuo dos dados e na conceção iterativa. Os exemplos incluem plataformas móveis para feedback em tempo real de alunos, pais e professores. É desejável testar as inovações antes de as expandir e de as aperfeiçoar com base em dados concretos. Os modelos escaláveis que são flexíveis, reactivos e informados por uma M&A rigorosa ajudam a reforçar a MEAL. O reforço das capacidades de MEAL é crucial para evitar projectos-piloto falhados e garantir que as intervenções sejam orientadas por dados e sustentáveis.

Para que a transformação digital seja sustentável, os governos devem adotar políticas e quadros de financiamento favoráveis. Isto implica a existência de estratégias nacionais de educação digital integradas nos planos do sector da educação e a promoção de modelos de financiamento misto que utilizem orçamentos nacionais, subvenções de doadores e contribuições do sector privado. A manutenção de infra-estruturas a longo prazo e os programas de reforço de capacidades são também fundamentais.

O alinhamento dos programas digitais com as prioridades nacionais garante que as intervenções não só têm impacto, como também são expansíveis e resistentes.

Riscos e desafios: Onde estão as falhas?

Apesar dos progressos, vários riscos persistentes ameaçam atrasar ou inverter os ganhos digitais se não forem estrategicamente mitigados. O quadro seguinte apresenta exemplos desses riscos, o desafio que representam e as medidas de atenuação propostas.

Risco	Desafio	Mitigação
1. Fosso digital	Acesso desigual à eletricidade, à Internet e aos dispositivos.	Investir em dispositivos alimentados por energia solar, conteúdos offline, planos de dados subsidiados e iniciativas de banda larga rural.
2. Baixa literacia digital	Competências limitadas entre alunos, professores e pais.	Incorporar competências digitais nos currículos, fornecer formação aos professores e lançar campanhas de literacia digital baseadas na comunidade.
3. Infra-estruturas inadequadas	Sistemas TIC fracos, problemas de manutenção e falta de hardware.	Utilizar modelos de aprendizagem híbridos (rádio/TV/impressão), estabelecer centros regionais de apoio às TIC e financiar a manutenção e a formação técnica.
4. Má qualidade dos dados e preocupações éticas	Dados inexactos ou tendenciosos, análises fracas e riscos para a privacidade.	Reforçar os EMIS, fazer cumprir as leis de proteção de dados, formar os funcionários da educação e promover ferramentas analíticas de fonte aberta.
5. Viés algorítmico e sistemas de dados desiguais	Ferramentas baseadas em dados que reforçam as desigualdades.	Integrar indicadores de equidade nos sistemas de dados, garantir uma governação inclusiva e auditar regularmente as ferramentas digitais para detetar preconceitos.
6. Exclusão baseada na língua, no género ou na deficiência	Plataformas EdTech que excluem alunos marginalizados.	Conceber plataformas culturalmente relevantes, multilingues e universalmente acessíveis; dar prioridade a ambientes digitais seguros para raparigas.
7. Sustentabilidade e escalabilidade das inovações	Pilotos de curto prazo e financiamento fragmentado.	Alinhar as inovações com os planos do sector, utilizar os canais de distribuição existentes (por exemplo, rádio, WhatsApp) e criar modelos de financiamento interno.

Em conclusão, embora a tecnologia digital e as abordagens baseadas em provas sejam extremamente promissoras, devem ser orientadas por uma conceção inclusiva, um acesso equitativo e sistemas de responsabilização sólidos. Este subtema destacará as práticas bem

sucedidas, exporá as lacunas e proporá soluções acionáveis para trazer todos os alunos a bordo - garantindo que a transformação digital proporciona aprendizagem para todos.

Subtema 6. Das políticas aos sistemas e processos: Acompanhar a Aprendizagem e a Competência Escalonadas e Sustentadas nos Sistemas Educativos de África

Em toda a África, muitas políticas de educação são bem articuladas e ambiciosas. No entanto, o desafio persistente reside em traduzir a intenção política em ação - desde o nível nacional até às salas de aula, comunidades e alunos. Este subtema explora a forma de colmatar o fosso entre a retórica das políticas e a realidade da implementação, centrando-se em mecanismos que conduzam a resultados de aprendizagem e de competências em grande escala, sustentados e mensuráveis.

Da política à prática: Uma transformação em vários níveis

A transformação efectiva da educação exige que as políticas evoluam para sistemas - incluindo infra-estruturas de dados, instituições e plataformas digitais - que, por sua vez, moldam processos como o ensino, a avaliação e a elaboração de relatórios. Em última análise, estes sistemas e processos devem traduzir-se em resultados mensuráveis em termos de aprendizagem fundamental, empregabilidade e inovação.

1. Incorporar dados para a tomada de decisões e o acompanhamento

Dados sólidos e acionáveis são a pedra angular da tradução de políticas em resultados. As principais acções para concretizar este objetivo incluem o desenvolvimento de quadros sistemáticos de M&A alinhados com os planos nacionais do sector da educação, o investimento em painéis de controlo e ferramentas analíticas que forneçam informações em tempo real desde o nível nacional até ao nível da escola, a criação de circuitos de feedback em que os dados informam a conceção do currículo, a formação de professores e a distribuição de recursos, e a incorporação de dados desagregados e de alta frequência no planeamento e na gestão, permitindo intervenções adaptativas e orientadas.

2. Descentralizar a propriedade e a responsabilidade

Para além da elaboração centralizada de políticas, a implementação deve ser detida e responsabilizada a nível local. Isto significa capacitar os gabinetes locais de educação, os diretores das escolas e as comunidades com acesso a dados localizados e a autonomia para agir em conformidade. Outras práticas incluem a ligação do financiamento e dos incentivos a indicadores de desempenho como a progressão da aprendizagem, o desenvolvimento de competências e a melhoria das escolas, e o incentivo a mecanismos de responsabilização da base para o topo, em que a transparência dos dados impulsiona a supervisão e a participação dos cidadãos. A descentralização reforça o poder local e garante que as reformas respondem às necessidades contextuais.

3. Institucionalizar o Desenvolvimento Profissional Contínuo (DPC)

As competências e a aprendizagem não podem permanecer esporádicas ou baseadas em projectos. Têm de ser sistémicas e sustentadas. As melhores práticas incluem a integração da micro-credenciação obrigatória, a formação em serviço e o DPC dos professores nas políticas

nacionais. É também importante apoiar redes de aprendizagem entre pares e plataformas digitais de DPC que tornem o desenvolvimento contínuo escalável. O aproveitamento de parcerias público-privadas, especialmente com fornecedores de EdTech, também ajuda a fornecer formação de professores e ferramentas digitais relevantes para o contexto. A institucionalização do DPC garante que o reforço das capacidades dos professores se torne um processo contínuo e integrado.

4. Alinhar as políticas com processos de implementação claros

Para passar da intenção à execução, a política deve ser dividida em diretrizes operacionais e mapas de processos. Estes incluem: (1) Criação de procedimentos operacionais normalizados (SOPs) para funções-chave como a entrega do currículo, a avaliação formativa e o acompanhamento dos alunos. (2) Desenvolver conjuntos de ferramentas de implementação para os níveis subnacionais, incluindo os níveis distrital e escolar, adaptados a diferentes contextos. (3) Codificação de métodos de avaliação das competências do século XXI, implementação de programas curriculares baseados em competências e acompanhamento dos percursos de qualificação. Esta clareza operacional favorece a coerência, a reprodutibilidade e a escalabilidade entre regiões.

5. Tirar partido da tecnologia para a escalabilidade e a interoperabilidade

A tecnologia é fundamental para amplificar o impacto e garantir que as políticas cheguem até ao último quilómetro. Para facilitar isso, as principais acções incluem a promoção do uso de IA, aplicações móveis e plataformas de dados abertos para melhorar a aprendizagem, especialmente em regiões remotas ou mal servidas. Uma segunda solução é investir em sistemas digitais interoperáveis que liguem os dados da educação ao mercado de trabalho, às competências e aos sistemas de inovação. Por último, deve ser incentivado o desenvolvimento de plataformas que apoiem a colaboração transfronteiriça no domínio da aprendizagem em todo o continente. A tecnologia permite uma expansão eficiente das reformas, melhorando simultaneamente a coordenação entre sectores.

6. Reforçar as parcerias intersectoriais e a resiliência institucional

A aprendizagem sustentada e a aquisição de competências exigem a colaboração de várias partes interessadas e a resiliência do sistema a longo prazo. As acções incluem o alinhamento das reformas educativas com os mercados de trabalho, a indústria, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento, a criação de organismos de supervisão independentes, tais como comissões ou observatórios da educação, para monitorizar a continuidade e a qualidade, e a codificação das principais reformas em leis ou estratégias nacionais de desenvolvimento para isolar o progresso das mudanças políticas e de financiamento. A resiliência institucional garante que as reformas sobrevivam para além dos ciclos políticos e das janelas de financiamento dos doadores.

Olhando para o futuro: Aprender com o que funciona

Este subtema destacará exemplos bem-sucedidos de tradução de políticas educativas nacionais em quadros de implementação localizados; construção de sistemas e processos que demonstraram um impacto sustentado na aprendizagem e nas competências; e inovações em sistemas de dados, desenvolvimento de professores e colaboração intersectorial que estão prontos para serem ampliados e adaptados ao contexto. A tónica será colocada no que é

necessário para tornar a transformação da educação real e duradoura - não apenas nos planos e políticas, mas nas salas de aula, comunidades e carreiras.

Subtema 7. Abordagens inovadoras e sustentáveis na liderança escolar, preparação de professores e desenvolvimento profissional contínuo na Década da Educação para África

Em 2024, os líderes africanos declararam uma Década da Educação, um passo ousado e visionário para uma transformação da educação em todo o continente. A concretização da ambição desta Década exige abordagens inovadoras e sustentáveis, particularmente nos domínios da liderança escolar, da preparação dos professores e do desenvolvimento profissional contínuo (DPC). Estes elementos constituem a espinha dorsal da educação de qualidade e são fundamentais para garantir que os ganhos sejam não só alcançados, mas também sustentados e alargados.

Liderança escolar transformadora: Visão, dados e sustentabilidade

A liderança escolar inovadora promove a mudança, moldando a cultura da escola, orientando a utilização dos recursos e melhorando os resultados dos alunos. Destacam-se quatro abordagens principais: (1) Modelos de Liderança Distribuída: Dar poder aos professores, pais e comunidades para participarem na tomada de decisões da escola aumenta a relevância, a apropriação local e a responsabilidade partilhada. (2) Tomada de decisões baseada em dados: A integração da tecnologia e da análise permite obter informações em tempo real sobre o progresso dos alunos, o desempenho dos professores e a gestão dos recursos, possibilitando um planeamento baseado em dados concretos. (3) Liderança Instrucional: Os diretores das escolas devem dar prioridade à qualidade da sala de aula, realizando observações regulares, dando feedback e apoiando os professores na aplicação de uma pedagogia eficaz. (4) Sustentabilidade através da liderança: A promoção de práticas escolares ecológicas, como a energia solar, a recolha de águas pluviais e a educação ambiental, reflecte um compromisso com a eficiência de custos e a responsabilidade ecológica.

Embora o reforço da liderança escolar e distribuída nos sistemas descentralizados seja fundamental para promover melhorias sustentáveis na educação, e a descentralização exista em muitos países africanos, as estruturas subnacionais carecem frequentemente de autonomia e capacidade reais. Capacitar os funcionários distritais, os diretores de escolas e as comunidades através do desenvolvimento de uma liderança específica e da tomada de decisões partilhadas pode aumentar a responsabilidade, a apropriação local e os resultados de aprendizagem equitativos. A análise desta área e a exploração de soluções e compromissos práticos serão importantes na Trienal.

Preparação inovadora de professores: Construir uma força de trabalho preparada para o futuro

A resposta à evolução das necessidades educativas de África começa por repensar a forma como os professores são preparados. As principais práticas incluem a formação mista pré-serviço que combina plataformas presenciais e digitais para expandir o acesso à formação de professores, especialmente para comunidades remotas e carenciadas. A adoção de uma formação baseada em competências também ajuda a alinhar a preparação dos professores com as competências práticas da sala de aula, incluindo a literacia digital, a pedagogia inclusiva e a gestão da sala de aula. Um terceiro aspeto é a pedagogia culturalmente recetiva. Os

professores têm de estar preparados para utilizar as línguas, histórias e valores locais, promovendo o envolvimento, a identidade e a relevância para o aluno. É necessário adotar a colaboração público-privada, envolvendo ONG, universidades e empresas EdTech para melhorar o alcance, a qualidade e a contextualização da formação de professores. Por último, para além da motivação, do bem-estar e da responsabilização, os governos têm de profissionalizar o professor e a profissão docente.

Desenvolvimento profissional sustentado: DPC para um impacto ao longo da vida

O DPC eficaz é contínuo, contextualizado e integrado na prática quotidiana. Isto exige o seguinte:

- *Microaprendizagem e CPD móvel:* Oferece formação de tamanho reduzido, a pedido, através de telemóveis e SMS, adaptada a professores em ambientes com poucos recursos.
- *Comunidades de aprendizagem entre pares:* Promovem a aprendizagem colaborativa, a orientação e o intercâmbio de melhores práticas entre professores.
- *Formação de Professores:* Vai para além de workshops pontuais para fornecer apoio profissional contínuo e integrado no trabalho através de formação e orientação.
- *DPC orientado para o impacto:* Utiliza feedback e provas para adaptar os programas de DPC, assegurando que são eficazes na melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos.

Factores transversais para a sustentabilidade e a escala e modelos emergentes e inovações escaláveis

Para ampliar e sustentar as inovações, devem existir várias condições favoráveis. A primeira é a política e o financiamento. Os governos devem alinhar as políticas com objectivos a longo prazo, dar prioridade ao financiamento da educação e apoiar a expansão de inovações comprovadas. O segundo fator é a integração da tecnologia, que implica a utilização de EdTech acessível e adequada à finalidade para melhorar o ensino, a avaliação e os sistemas de gestão escolar. Por último, o envolvimento da comunidade é fundamental. O envolvimento dos pais, dos líderes locais e das comunidades reforça a educação como uma prioridade social partilhada, melhorando assim a responsabilização e a relevância.

Existem iniciativas promissoras que já estão a fazer avançar estes princípios em África. Entre elas contam-se o Centro Africano de Liderança Escolar e Líderes no Ensino (Fundação Mastercard), o Programa LEAP na África do Sul (Corporação de Investimento Público e BRIDGE Innovation), o Kit de Ferramentas de Liderança Escolar SABER (Banco Mundial: Quénia, Nigéria, Gana, Etiópia), a Rede Africana de Formação de Professores (AfTEN), o T-TEL (Transforming Teacher Education and Learning in Ghana) e os modelos de desenvolvimento profissional do IICBA e do VVOB da UNESCO. Estas iniciativas marcam uma mudança de abordagens de tamanho único para estratégias localizadas, informadas por dados, com base em tecnologia e orientadas para a comunidade. Representam modelos que podem ser contextualizados, escalonados e adaptados em todo o continente. Ao mesmo tempo, é necessário considerar modelos pedagógicos que ajudem a lidar com turmas grandes, uma caraterística regular em muitos países africanos, porque os modelos existentes são para turmas pequenas. Por conseguinte, é importante explorar formas eficazes de proporcionar e melhorar a aprendizagem em situações de turmas numerosas.

A Década da Educação para África constitui uma oportunidade crucial para investir em sistemas que sejam resistentes, inclusivos e preparados para o futuro. Uma liderança escolar forte, uma preparação inovadora dos professores e um desenvolvimento profissional sustentado criam um efeito multiplicador - promovendo a equidade, melhorando os resultados da aprendizagem e dotando a juventude africana das competências necessárias para prosperar no século XXI. Este subtema irá revelar e analisar modelos promissores que demonstram sustentabilidade, inovação e impacto, fornecendo provas e inspiração para os países africanos que procuram transformar os seus sistemas educativos à escala.

Subtema 8. Género, Equidade, Inclusão e Adaptação ao Clima: Juntos pela Inovação e Escala na Educação

O caminho para a promoção do género, da equidade e da inclusão em África tem sido longo e sinuoso, com troços suaves e algumas zonas íngremes. Este subtema analisa o que os governos africanos estão a fazer (ou fizeram), reflecte sobre as lacunas e explora o que pode ser feito de forma diferente em termos de estratégias inovadoras.

O que está a funcionar

Atualmente, muitos países têm políticas de educação e reformas legais que incluem o género (por exemplo, a Lei de Ação Afirmativa do Gana, o Ensino Primário Gratuito do Quénia com disposições de equidade). O FAWE está a trabalhar com os países para implementar a estrutura da Pedagogia Sensível ao Género (GRP) - uma abordagem de ensino que integra a sensibilidade ao género no planeamento das aulas, nos métodos de ensino e na gestão da sala de aula. Através deste quadro, os professores recebem formação para utilizar uma linguagem inclusiva, encorajar a participação igualitária e abordar os estereótipos de género, o que resulta numa maior retenção e participação das raparigas. A União Africana (UA), através do CIEFFA e da Iniciativa "O Género no Centro" (GCI), proporcionou uma defesa de alto nível e plataformas para acompanhar os progressos. Países como o Quénia e o Gana têm políticas nacionais e práticas a nível escolar que integram as crianças com deficiência nas escolas regulares. As práticas incluem infra-estruturas acessíveis, tecnologia de assistência, planos educativos individualizados (IEPs) e formação de professores, o que resulta numa melhor inscrição e retenção de crianças com deficiência.

Estão em curso programas que proporcionam uma segunda oportunidade de educação para as raparigas, por exemplo na Nigéria (Nordeste) e no Mali. Trata-se de programas de aprendizagem acelerada para raparigas adolescentes afectadas por conflitos ou casamentos precoces, implementados pelo programa Girls for Girls da UNICEF, pela UNGEI e por ONG locais. A iniciativa permitiu a reintegração de milhares de raparigas no ensino formal ou na formação profissional, melhorando a capacitação económica e reduzindo a vulnerabilidade à violência. Existem também programas de alimentação escolar desenvolvidos internamente em vários países africanos. Os Programas de Refeições Escolares e Saneamento na Etiópia e na Zâmbia estão a ajudar a manter as raparigas na escola através do fornecimento de refeições escolares, produtos de higiene menstrual e instalações sanitárias separadas para raparigas. Implementada pelo PAM, pela Save the Children e pelas autoridades educativas locais, a iniciativa aumentou a assiduidade e o desempenho das raparigas, especialmente durante a menstruação, e melhorou o número total de matrículas na escola.

O Uganda tem uma das maiores iniciativas de educação em comunidades de refugiados e de acolhimento. Trata-se de um programa de educação integrado em que as crianças refugiadas aprendem juntamente com as comunidades de acolhimento. Com o apoio de parceiros como o ACNUR e a Education Cannot Wait, a iniciativa promove a inclusão, a coesão social e a coexistência pacífica entre as comunidades. Outros aspectos positivos incluem o planeamento baseado em dados através de maiores investimentos em EMIS e dados desagregados por género para informar um melhor planeamento, e programas específicos como transferências condicionais de dinheiro para raparigas (por exemplo, na Nigéria), kits sanitários e instalações WASH (Zâmbia, Etiópia), e iniciativas de escolas seguras em estados pós-conflito.

Os países africanos estão a responder à adaptação climática através dos seus sistemas educativos de várias formas, incluindo através de apoio político e institucional, desenvolvimento e integração de currículos, investigação, formação de professores e reforço de capacidades, tecnologia e inovação, educação informal e baseada na comunidade e parcerias. No que respeita ao apoio político e institucional, países como a Etiópia e o Ruanda estão a integrar a resiliência climática nas estratégias nacionais de educação. A União Africana e a UNESCO também estão a apoiar quadros para integrar a educação climática em todo o continente. No que se refere ao desenvolvimento e integração de currículos, existem currículos centrados no clima em países como o Quénia, a África do Sul e a Nigéria, que estão a integrar a educação sobre alterações climáticas nas disciplinas de ciências, geografia e agricultura nos níveis primário e secundário. A integração dos conhecimentos indígenas também está a decorrer com programas educativos que incorporam os conhecimentos ambientais tradicionais (por exemplo, agricultura sustentável, conservação da água) nos currículos escolares. Os países também adoptaram a TVET verde através de programas que dotam os estudantes de competências verdes práticas, como a instalação de painéis solares, a agricultura sustentável e a construção ecológica.

Onde estão as lacunas e o que pode ser feito de diferente?

Uma das principais lacunas reside na falta de implementação. Existem políticas sólidas, mas muitas vezes carecem de financiamento adequado, formação de professores e sistemas de controlo. A persistência de estereótipos e práticas culturais - como o casamento infantil e a prioridade dada à educação dos rapazes - continua a impedir o progresso. O enfoque na interseccionalidade também é inadequado, com os esforços a negligenciarem frequentemente os alunos com deficiência, os refugiados, as minorias étnicas e as comunidades móveis. Com a clivagem urbano-rural, as zonas remotas são as que mais sofrem com a falta de professoras, infra-estruturas deficientes e problemas de segurança.

Os países precisam de integrar a IGE em todas as políticas e orçamentos da educação, tornando assim o género e a inclusão centrais em todos os planos e políticas do sector da educação. É importante investir na última milha, dando prioridade aos alunos rurais, deslocados e mal servidos através de centros de aprendizagem comunitários, escolas móveis e ferramentas digitais acessíveis. Reforçar a governação das escolas com a voz da comunidade e apoiar as professoras e líderes através de incentivos, bolsas de estudo e programas de liderança para aumentar o número de mulheres educadoras nas comunidades carenciadas. Relativamente à adaptação ao clima, desenvolver currículos centrados no clima nas escolas primárias e secundárias, que integrem a educação climática localizada nos currículos nacionais (por exemplo, resiliência à seca no Sahel, gestão das inundações na África Ocidental). Desenvolver também programas comunitários de literacia climática e adotar o conhecimento indígena e a

educação para a resiliência climática, documentando e ensinando o conhecimento ecológico indígena (por exemplo, previsão meteorológica tradicional, tratamento do solo com ervas) e combinando a ciência e a tradição em programas de educação para a adaptação climática.

Outras estratégias inovadoras a considerar:

- *Plataformas EdTech sensíveis ao género:* Desenvolver ferramentas móveis adaptadas aos horários e contextos de aprendizagem das raparigas, especialmente em ambientes rurais.
- *Certificação "Safe to Learn":* Um sistema que recompensa as escolas por cumprirem as normas de segurança, género e inclusão.
- *Centros de inclusão nas escolas de professores:* Utilizar laboratórios de inovação e formação imersiva (por exemplo, simulações de RV) para formar professores em educação inclusiva.
- *Identificações digitais + carteiras de aprendizagem:* Acompanhar a assiduidade e os direitos dos alunos, especialmente para refugiados e crianças nómadas.
- *Cartões de pontuação para a igualdade de género:* Associar o financiamento e a responsabilização aos resultados efectivos da IGE, e não apenas aos compromissos.
- *TVET para a resiliência climática:* Especializar-se em agricultura inteligente face ao clima, sistemas de energias renováveis, gestão da água e construção ecológica.
- *Centros de inovação e centros de investigação universitários:* Criar laboratórios de inovação climática nas universidades para promover soluções locais (por exemplo, culturas tolerantes à seca, micro-irrigação).
- *Educação para mulheres e raparigas:* Expandir a formação em liderança climática para raparigas, especialmente em comunidades pastoris e agrícolas.

Os governos africanos deram passos importantes na promoção do género, da equidade e da inclusão na educação. No entanto, o ritmo e a escala actuais de implementação não são suficientes. O que é necessário agora é uma mudança - deixar de tratar a IGE como um "complemento" para a incorporar como um padrão central de qualidade e justiça em todos os sistemas educativos nacionais. Este é um dos aspectos que este subtema irá questionar.

3. Estrutura e formato

A Trienal da ADEA de 2025 terá a duração de cinco dias e incluirá uma combinação de diálogos políticos de alto nível, sessões técnicas, mesas redondas com países e parceiros e eventos paralelos. O formato promoverá a aprendizagem entre pares, a partilha de inovações e a resolução colaborativa de problemas.

Abordagem e formato

No período que antecede o evento principal, a ADEA colaborará com os países e os principais parceiros sobre o tema e os subtemas, com o objetivo de co-criar o conteúdo e identificar os co-líderes e os parceiros de apoio no processo. Isto será feito através de reuniões bilaterais e de reuniões virtuais de consulta das partes interessadas sobre os diferentes temas.

A Trienal realizar-se-á ao longo de três dias, numa organização híbrida que inclui sessões presenciais e virtuais. O primeiro dia será dedicado às reuniões dos parceiros e ao lançamento das exposições, enquanto o segundo e o terceiro dias serão dedicados à abertura oficial do evento principal e aos compromissos a nível político em plenário (para uma compreensão partilhada do tema principal e para fornecer orientações políticas) e às sessões de trabalho (que proporcionam espaço e tempo para debates aprofundados sobre os quatro subtemas), cujos resumos dos resultados serão apresentados em para apreciação e adoção. O país anfitrião, a ADEA e os principais parceiros organizarão exposições sobre o tema da Trienal.

Participantes : Espera-se que o evento conte com cerca de 800 participantes (500 presenciais e pelo menos 300 virtuais), em representação dos responsáveis políticos, dos parceiros de desenvolvimento, do sector privado, da sociedade civil, do meio académico e de outros intervenientes importantes no domínio da educação em África e não só.

Data e local : 29 a 31 de outubro de 2025, Accra, Gana.

Secretariado da ADEA, junho de 2025